

FORMAÇÃO JORNALÍSTICA E OS NOVOS FLUXOS INFORMATIVOS: Uma Análise Do Perfil De Profissional Previsto Nas Diretrizes Curriculares Nacionais

Milton Julio Faccin
Soraya Venegas Ferreira

Resumo: As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) separaram o Jornalismo da Comunicação Social, mas enquanto a área acadêmica fragmenta-se em diferentes modalidades de cursos nas IES brasileiras, a comunicação é cada vez mais exercida de forma integrada na prática social, facilitada pelas novas tecnologias. Pesquisa recente aponta mudanças no perfil profissional, na medida em que os jornalistas brasileiros são majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos. Numa profissão de jovens, os produtores de conteúdo para as organizações empresariais e sociais, os internautas das redes sociais, os blogueiros, youtubers e os analistas das *fake news*, por exemplo, têm dúvidas sobre qual o curso mais indicado para a sua formação profissional e para aquisição de conhecimentos e habilidades específicos. A época atual é marcada pelo acesso do cidadão a essas tecnologias e por um saber técnico de domínio público, capaz de transformar esse cidadão em produtor de conteúdos, com as devidas aptidões para fotografar, redigir e publicar informações, editar vídeos e até mesmo emitir opiniões sobre quaisquer assuntos. É nesse contexto que o presente trabalho se insere. De um lado, ele filia-se às reflexões sobre as mutações da identidade profissional jornalística e, de outro, alia-se às investigações sobre a formação superior em Jornalismo, recorrente na academia desde os anos 1940, quando algumas IES começaram a contemplar a formação específica desse profissional.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares Nacionais, formação jornalística, identidade profissional, perfil profissional do Jornalista brasileiro.

1. Novo milênio – novos desafios

Início de milênio. Inegavelmente, o mundo mudou e com ele o Jornalismo. O ano de 2009 foi emblemático para a profissão no Brasil, pois assistimos a dois movimentos aparentemente antagônicos: Enquanto, em 12 de fevereiro, era publicada a Portaria Nº 203/2009, na qual o Ministério da Educação instituía a Comissão de Especialistas para elaborar as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Superior em Jornalismo, em 17 de junho, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarava a inconstitucionalidade da exigência do diploma de Jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão.

Em meio à efervescência dos movimentos sociais de 2013, as novas DCNs finalmente foram homologadas em 27 de setembro. Elas estabeleciam o prazo de até dois anos para que as universidades adaptassem seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), ou seja, no máximo, até o primeiro semestre de 2016 a todos os ingressantes na Graduação de Jornalismo deveriam ser oferecidos os conteúdos e práticas previstas pelo documento. O ano de 2013 nos trouxe ainda a publicação da maior pesquisa feita até aquele momento sobre o perfil profissional do jornalista brasileiro.

O relatório intitulado *Perfil do jornalista brasileiro – Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012* (MICK, 2013) foi feita entre setembro e novembro de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). A amostra foi de 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior, e teve participação espontânea. Segundo o documento, a margem de erro é inferior a 2%, em intervalo de confiança de 95% (população de profissionais identificados em 145 mil jornalistas).

Na época, foram identificados 317 cursos de Jornalismo no país. O relatório já apontava significativa expansão na presença feminina no fazer jornalístico. Segundo os dados da pesquisa, em 2012, havia mais mulheres (64%) do que homens atuando no mercado de trabalho, embora fossem eles que ocupavam predominantemente os cargos de chefia. As mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários. O cenário só se alterava ao observarmos os jornalistas que atuavam como professores. Estes eram majoritariamente homens, casados, entre 41 e 64 anos, enquanto os demais segmentos de profissionais (majoritariamente de mulheres solteiras) estavam concentrados na faixa entre 23 e 30 anos.

Quase todos (98%) tinham formação superior, sendo 91,7% em Jornalismo. Dos graduados, 61,2% foram formados no ensino privado e 40,4% deles tinham curso de pós-graduação. Se para pensarmos na formação, devemos observar como se encontra o mercado e projetar o seu futuro, a pesquisa aponta que em 2012, a distribuição dos profissionais por tipo de atividade era a seguinte: 55% atuavam principalmente na

mídia, 40% estavam assessoria de imprensa ou outras atividades jornalísticas fora da mídia e apenas 5% eram docentes.

Ainda no emblemático 2013, a professora Fernanda Lima Lopes, publicou em livro os resultados de sua tese de doutorado, intitulada *Ser Jornalista no Brasil – Identidade Profissional e Formação Acadêmica*. Nele, com relação aos jornalistas com registro profissional, a pesquisadora aponta que 55,6% estavam localizados na região Sudeste, seguido pela Nordeste, com 16,1% e que a década de 2000 foi a recordista na concessão de registros profissionais, assim como na abertura de novos cursos de Jornalismo, seguida apenas pela década de 70, quando foi instituída a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional. A região Sudeste também é a líder quanto ao oferecimento de cursos superiores de Jornalismo, enquanto a região Norte foi a última a se organizar nesse quesito, contando com apenas quatro cursos antes de 2000.

Uma das mais recentes pesquisas publicadas sobre as características da profissão, em relação ao mercado de trabalho, contemplou o recorte de gênero. Intitulada *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, publicada em abril de 2018, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a pesquisa procurou mapear o cotidiano das mulheres no mercado de trabalho. Para isso, depois da fase qualitativa dos grupos focais, obteve 477 respostas aos questionários. Com base nas respostas, levantou que 40,8% das entrevistadas afirmam haver uma equidade entre a quantidade de homens e mulheres na empresa em que trabalhavam, mas, para 53,4% das participantes, isso não se refletia em oportunidades iguais, pois 65% homens ocupavam cargos de poder. Mais de 30% percebe que, por ser mulher, existe uma maior dificuldade de inserção no mercado e também uma maior dificuldade de obtenção de aumentos. Quanto à convivência com os colegas de trabalho, 83,6% das jornalistas relataram já ter sofrido alguma situação de violência psicológica por serem mulheres e que 73% já ouviram comentários ou piadas machistas no ambiente de trabalho.

Uma vez que nenhuma atividade está desvinculada das questões de gênero, sexualidade, etnia e classe social, é preciso entender que até o fim do século XX, o trabalho do jornalista era visto como algo bem segmentado. Jornalista era aquele profissional que trabalhava produzindo notícias para os jornais, rádios e emissoras de televisão – os chamados veículos tradicionais de imprensa. Mas não era para qualquer

veículo. Era para aqueles cujas estruturas empresariais tinham natureza informativa e com boa penetração no mercado. Ser jornalista era ser homem e atuar no mercado de trabalho mais ou menos com o mesmo perfil do personagem Clark Kent, repórter profissional do jornal *Planeta Diário*, da série *Superman*. Quanto ao Fotojornalismo, a questão de gênero é ainda mais presente. A reportagem fotográfica está essencialmente ligada ao estereótipo de “profissão masculina”, principalmente devido ao papel informativo do fotojornalismo e suas características de cobertura de situações de risco que implicam no estereótipo do “homem viril e corajoso”. O super-herói paradigmático nesse caso é o Homem Aranha que, na pele de Peter Parker, atua com fotojornalista *freelancer*, do *Clarín Diário*.

Enquanto Clark Kent usava máquinas de escrever para redigir seus textos, Peter Parker fazia seus registros em filmes fotográficos e nem sonhavam com a fotografia digital, com a Internet Mobile e com o smartphone, o Jornalista brasileiro identificado na pesquisa de 2012 apresenta outras demandas. Segundo a pesquisa, há seis anos, dos jornalistas atuantes na mídia, 63,9% estavam nos meios impressos; seguidos por 44,6% na Internet, 33,6% em TV, Rádio ou Cinema, e 20,5% em outras mídias. Três quartos dos respondentes tinham seu trabalho integralmente ou em grande parte divulgado pela internet.

Essa nova configuração da prática jornalística é resultado de um cenário que afeta substancialmente a identidade profissional jornalística. Um cenário em que o modelo de negócios empresariais busca encontrar alternativas para sobreviver no mercado globalizado; os recursos disponíveis das tecnologias da informação e da comunicação impõem uma nova ordem nas relações humanas e sociais; os veículos informativos tradicionais entram em crise financeira devido às novas ofertas informativas no âmbito da comunicação social; o jornalismo perde a exclusividade da notícia e da sua mediação, cujo resultado é uma crise na função social da profissão jornalística, refletindo-se num desgaste do modelo que durante décadas sustentou a identidade profissional; a existência de novas demandas informativas provocadas pela apropriação das tecnologias da comunicação e informação das sociedades digitais, inclusive com o surgimento de novas ocupações que tangenciam o jornalismo, mas que ainda não foram apropriadas como constituintes de um saber que, por natureza, é

jornalístico e que, por seu turno, fazem surgir novos atores no cenário da comunicação social, como os influenciadores digitais, por exemplo.

Enquanto a área acadêmica fragmenta-se em diferentes modalidades de cursos nas IES brasileiras, a comunicação social é exercida de forma integrada na prática social, muito facilitada pelas novas tecnologias de comunicação e informação. A época atual é marcada pelo acesso do cidadão a essas tecnologias e por um saber técnico de domínio público, capaz de transformar esse cidadão em produtor de conteúdo, com as devidas aptidões para fotografar, redigir e publicar informações, editar vídeos e até mesmo emitir opiniões sobre quaisquer assuntos. É nesse contexto que a presente pesquisa se insere. O foco não está, pois, na discussão em torno da qualidade dos cursos, mas, sim, na existência de uma expectativa (imaginária) em relação ao tipo de profissional que se deseja formar, ao mesmo tempo em que se modificam as demandas sociais por informações. Assim, é objetivo refletir sobre as DCNs, publicadas em 2013 pelo Ministério da Educação e implantadas em 2016 nas IES, e delas identificar o perfil de uma idealização profissional e o grau de adequação às novas funções que os jornalistas vêm desempenhando no mercado de trabalho, bem como a nova configuração dos fluxos informativos da sociedade.

2. Diretrizes Curriculares Nacionais – um novo profissional?

Uma das principais novidades das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação dos profissionais da área jornalística, estabelecidas pelo Ministério da Educação, em 2013 – senão a principal – foi a separação do Jornalismo da grande área da Comunicação Social. No entanto, essa decisão não retirou dos currículos as habilidades formativas na grande área da comunicação. Ou seja, as diretrizes não incidiram sobre o ordenamento dos conhecimentos que um estudante de jornalismo deve possuir para dar conta das demandas sociais no quesito comunicação social, mas abriram uma janela semântica de interpretação da atividade jornalística dissociada da grande área, mesmo que, na prática, isso não ocorra.

O peso simbólico da separação tem gerado uma desestabilização do que se imagina ser o jornalismo, em especial na percepção de grande parte dos futuros profissionais, e que demarca a existência de uma disjunção entre o mercado jornalístico e o modelo hegemônico que inspira os discursos e práticas em torno da identidade

jornalística. Isso porque, aos poucos, a Comunicação Social, que até então era um campo de saber estabelecido que abarcava o maior número de possibilidades profissionais da área, deixa de ser a sua referência discursiva para o Jornalismo, que se transforma em um campo de saber autônomo, mas que decorre de uma trajetória curricular de pouco mais de seis décadas em solo brasileiro.

Uma das primeiras tentativas de estabelecer diretrizes para o curso de Jornalismo se deu pelo Decreto nº 22.245, de 6 de Dezembro de 1946, que se propunha a dar “organização ao curso de Jornalismo”, com duração de três séries/anos: “Art. 1º O Curso de Jornalismo, instituído pelo Decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, compreenderá três seções: a) Seção de Formação; b) Seção de Aperfeiçoamento; c) Seção de Extensão Cultural.” (BRASIL, 1949). A primeira reorganização ocorreu três anos depois, através do Decreto nº 26.493, de 19 de março de 1949. Em 1958, o Decreto nº 43.839, de 6 de Junho de 1958, promove nova reorganização na medida em que segundo o artigo 9º: “O ensino de jornalismo, que poderá ser ministrado em instituto autônomo, integralmente de Universidade, ou em curso de Faculdade de Filosofia, obedecerá, no primeiro caso, a regimento próprio e, no segundo, ao regimento de Faculdade de que depender.” (BRASIL, 1958). José Marques de Melo (1991) revela que, entre as décadas de 1950 e 1960, o número de escolas de Jornalismo saltou de 13 para 40 na América Latina.

Em todos estes momentos, as preocupações com a formação profissional eram motivadas pela configuração social, cultural, política e econômica que o país assumia, bem como atendiam os novos recursos técnicos da imprensa da época (fotografias, ilustrações, texto, aumento de tiragem). A formação jornalística ganhou um grande impulso a partir de 1969, com Decreto-lei 972 que previa a exigência de diploma superior para o exercício profissional na área. A partir de então, a formação jornalística passou à responsabilidade das IES, sob orientação do MEC, e desvinculou-se das organizações do mercado. Assim, começou-se a construir um conjunto de saber teórico e técnico sobre o fazer jornalístico, quer pela sistematização de diferentes conhecimentos em torno desta prática.

No decorrer dos anos, é possível acompanhar os incontáveis debates sobre a qualidade dos cursos superiores de Jornalismo, sobre a sua falta de sintonia com o

mercado de trabalho e sobre a relação formativa entre a teoria e a prática. Fatores esses acarretaram na diversificação do perfil do profissional do egresso. No final da década de 80, Ângela Maria Godoy e Cláudia Lúcia Herrán já denunciavam a distância existente entre a academia e a sociedade, a medida que defendiam melhor “definição acadêmica das escolas”.

Na década de 1960, ao lado do Jornalismo, outras áreas ganharam força com a abertura de novos campos de estudos, tais como Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Radiodifusão e Cinematografia. Aliás, conforme revela Joaquim Sucena Lannes (2014), naquela época, existiam cursos polivalentes e o bacharel em Comunicação era habilitado a trabalhar nas cinco áreas da Comunicação Social. José Marques de Melo considera essa uma das marcas da década de 1970, quando a Comunicação abandonou a sua feição ligada diretamente à uma profissão e assumiu um caráter mais acadêmico.

Embora primeira legislação sobre a profissão tenha sido criada pelo Governo Vargas, através do Decreto-lei nº 910, de 30 de novembro de 1938, que tratava da duração, condições do trabalho em empresas jornalísticas e requisitos para obtenção do registro profissional, a exigência de formação superior para o exercício da profissão de jornalista só foi regulamentada em 1969. O perfil de egresso que temos atualmente é resultado de três décadas de formação em torno de diretrizes amparadas basicamente no modelo que entrou em vigor em 1984, através da Resolução MEC/002, que estabeleceu o currículo mínimo de Comunicação Social e suas habilitações.

Com a chegada do novo milênio, os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 estabeleceram outras diretrizes para a Comunicação Social e suas habilitações. Nelas, encontravam-se as habilidades e competências a serem aferidas no perfil do egresso, baseadas em conteúdos básicos e específicos. Os básicos estavam caracterizados como teórico-conceituais; analíticos e informativos sobre a atualidade; de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas e ético-políticos. Já os específicos seriam “definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica.” (BRASIL, 2001). Elas entraram em vigor em 2002, através da Resolução CNE/CES 16, determinando que as instituições se adequassem ao novo modelo de flexibilização da grade curricular em função das realidades de cada IES e do contexto midiático da época.

As novas DCNs aprovadas pelo o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (Sesu) em 2013, contemplam a formação exclusiva para os jornalistas. Nesse documento de 26 páginas, entregue quatro anos antes ao MEC – Portaria nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009 –, ano em que houve a queda da exigência formal de diploma de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo para obtenção de registro profissional e consequente exercício legal da profissão, ao contrário da Resolução anterior, há o detalhamento tanto do TCC quanto dos demais parâmetros que devem nortear a formação do jornalista nesse início de século XXI.

O documento, assinado por Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (Universidade Federal de Pernambuco), Eduardo Barreto Vianna Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina), Lucia Maria Araújo (Canal Futura), Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília), Manuel Carlos da Conceição Chaparro (Universidade de São Paulo), Sergio Augusto Soares Mattos (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), Sonia Virgínia Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), além do Presidente da Comissão José Marques de Melo (Universidade Metodista de São Paulo), enfatiza que “O Jornalismo entrou no século XXI em estado de crise. E para bem enxergar o que se passa, há que recuperar o que se entendia por Jornalismo antes da crise surgir.” (BRASIL, 2014). Ainda pontua que, esse estado de crise é resultado, dentre outros fatores, de “vertiginosa evolução tecnológica” e da “irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas.” (BRASIL, 2014).

Essas transformações fundamentaram a opção da comissão em propor a separação da formação jornalística da área da Comunicação Social. Os especialistas justificam que o Jornalismo é uma profissão reconhecida em todo o mundo já a Comunicação Social não é uma profissão, mas sim um campo que reúne diferentes profissões. Eduardo Meditsch (2014) alerta que essa separação cria questões a serem enfrentadas tanto no âmbito das IES quanto da área de Comunicação como um todo, visto que as diretrizes de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas já estão definidas pelo MEC, mas as das outras habilitações – Publicidade e Propaganda, Editoração e Radialismo – ainda não. De qualquer modo, segundo o documento, tal

decisão não representaria um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas sim sua revitalização.

Com a separação do Jornalismo da área da Comunicação Social, as DCNs marcam uma ruptura paradigmática com a formação tradicional, na medida em que o Jornalismo deixa de ser uma habilitação e torna-se um curso específico de bacharelado. O que se percebe é que, com elas, há uma tentativa de (re)posicionar as preocupações acadêmicas que orientam as atividades científicas e a formação dos profissionais. A medida em que se passa a problematizar questões específicas do campo jornalístico, espera-se que as IES naturalmente construam um saber focado em um objeto advindo da prática jornalística contemporânea e não apenas baseado em leituras comunicacionais e/ou culturológicas, próprias da grande área da Comunicação. É nesse sentido que se fundamentam as leituras das falas em torno da profissão, conforme a seguir.

3. Traços de uma identidade em mutação

Para compor o corpus de análise desta pesquisa (ainda em curso) foram selecionadas algumas falas dos especialistas integrantes da comissão do MEC, além do parecer das novas DCNs para o Jornalismo. Um questionário junto a estudantes de Jornalismo que estão nos currículos oriundos das DCNs, também está sendo aplicado. A intenção é cotejar os discursos presentes nas falas autorizadas e na dos estudantes em torno das novas diretrizes com certo ideário da identidade profissional. Parte-se do pressuposto de que formação profissional em jornalismo está alicerçada, historicamente, em um modelo hegemônico de jornalismo, com um saber oriundo de uma estrutura empresarial do segmento impresso. Por outro lado, o estatuto indenitário que define o profissional de Jornalismo está atrelado a esse modelo empresarial (em crise) e entra em ruptura porque não consegue atualizar seus mitos fundadores diante da nova configuração das sociedades democráticas e tecnológicas.

Se por um lado o perfil de profissional é definido pela regulamentação da Lei brasileira, a análise dos dados coletado até o momento por esta pesquisa permite sustentar a hipótese de que a prática jornalística está para além da previsão legal, pois ela acompanha a evolução das novas formas de sociabilidade atual e as adaptações do mercado informativo diante de um cenário de práticas cada vez mais alimentado pelas

novas tecnologias de informação e comunicação. As DCNs nascem velhas em relação às novas estruturas de trabalho. Embora elas ampliem as ferramentas de trabalho, elas surgem focadas no modelo de profissional que o mercado está deixando, cuja definição é o repórter de jornal, e contemplam antigos modelos de negócios que estão falidos. Os veículos estão em crise, mas as demandas sociais e do mercado, não.

Cabe lembrar que aquele jornalismo que se institucionalizou nas sociedades democráticas como detentor do monopólio da informação está em crise, cuja principal consequência é a quebra do seu lugar de fala privilegiado. Há uma ruptura no paradigma fundante da identidade jornalística, até então calcado na função do repórter, atravessado pela empresa jornalística (o jornalismo se confunde com a empresa jornalística). Basta observar os dados do relatório *Perfil do jornalista brasileiro* (MICK, 2013). No item que descreve a atividade desempenhada pelos profissionais que atuavam na mídia, os percentuais foram: Reportagem: 84,3%; Redação: 83,1%; Produção de pautas: 70,6%; Edição: 67,9%; Fotografia: 35,4%; Outras: 71,1%. Nota-se que o profissional é multitarefa, o que talvez não justifique uma formação focada nos meios específicos. Quanto aos que não atuam na mídia, a situação foi a seguinte: assessoria de imprensa, 87,7%; redação, 78,4%; concepção de pauta, 60,1%; edição, 56,9%; reportagem, 53,9%.

Apesar do reconhecimento da complexidade da comunicação e da nova condição das práticas sociais, as DCNs não conseguem enfrentar (ou direcionar) a crise existente na profissão jornalística e, portanto, não dão conta dos desafios que abalam a legitimidade da profissão jornalística. Alia-se a essa hipótese a legitimidade do saber jornalístico, abalada pelo fato da não exigência do diploma para o exercício da profissão (o título é visto como válido apenas para o mercado, podendo facilitar o ingresso na profissão ou a promoção de função), embora a formação superior imponha-se como um dado inquestionável. Isso porque Ciência, profissão e mercado envolvem saberes distintos, com lógicas de funcionamento distintos. (CHAMPY, 2012; PARSONS, 1939; FIDALGO, 2005)

É pertinente lembrar que o diploma superior é detentor de um valor simbólico de distinção e legitimidade da profissão jornalística, diferentemente de outras profissões. Se analisarmos os dados do relatório *Perfil do jornalista brasileiro* (MICK,

2013), os profissionais respondentes da pesquisa, em ampla maioria, defendiam a exigência de algum tipo de formação superior para o exercício da profissão, mais da metade defende a diplomação específica em jornalismo. Dos que defendiam algum tipo de formação superior, exigiam a diplomação específica em jornalismo: 55,4%. E, apenas 6,1% se posicionaram por não haver a exigência de formação superior. Não é surpreendente que a defesa da formação superior seja encontrada em taxas mais altas entre os professores de Jornalismo: 94,3% defendiam a obrigação de formação superior. Entre os professores, 83,2% defendiam a criação de órgão de autorregulamentação, enquanto apenas 66% dos profissionais que atuam na mídia tem a mesma opinião.

Ao se analisar as falas da Comissão de Especialistas, é possível detectar que as DCNs determinaram a separação do Jornalismo da área da Comunicação Social por dois fatores: restaurar a sua identidade e reforça-lo como ciência aplicada. O primeiro enunciado refere-se à fala do parecer e o segundo, a Sérgio Mattos, um dos integrantes da comissão de especialistas.

“Trata-se de um desafio para os cursos de graduação plena, cuja autonomia curricular constitui imperativo para a reciclagem dos seus projetos pedagógicos, restaurando a identidade do jornalismo sem abdicar da sua inserção histórica na área da comunicação e de sua natureza acadêmica como ciência social aplicada.” (BRASIL, 2009)

“Destacamos a valorização, especificidade e maior identidade dos cursos de Jornalismo, considerando que o diplomado do curso será Bacharel em Jornalismo e não mais diplomado em Comunicação com Habilitação em Jornalismo.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

Segundo a Secretaria da Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais

“(…) deverão constituir-se em referência para o aprimoramento dos projetos pedagógicos, para orientar estudantes nas escolhas profissionais e para facilitar a mobilidade interinstitucional, assim como propiciar aos setores de recursos humanos das empresas, órgãos públicos e do terceiro setor maior clareza na identificação da formação necessária aos seus quadros de pessoal”. (BRASIL, 2013)

Nas falas acima, é possível notar a presença de uma disjunção no discurso: em alguns momentos, o jornalismo é pensado como Ciência (da Comunicação ou do próprio Jornalismo) e, em outros, como profissão. No entanto, as DCNs são enfáticas em tratar a Comunicação como área de conhecimento. Diz o documento que

“(…) o Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em

nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões”. (BRASIL, 2009)

As DCNs reconhecem a condição atual em que se encontra o jornalismo diante dos novos fluxos informativos, mas não apontam diretrizes para que o ensino superior consiga contribuir para o resgate e/ou garantia da legitimidade jornalística, enquanto mediador dos interesses coletivos, nas sociedades democráticas.

“Em geral, os jornalistas atribuem, a si mesmos, o papel de “servidores do público”, ou mais ainda de “cães de guarda” (*watch dogs* – expressão muito apreciada pelos jornalistas norte-americanos), vigiando os demais poderes (já que eles se consideram o Quarto Poder) e cumprindo um papel fundamental para a manutenção do sistema democrático e das liberdades individuais.” (MOREIRA; MARTINS, 2016)

“A nova fisionomia do jornalismo relativiza teorias e crenças, que historicamente sustentam o poder hegemônico das redações.” (BRASIL, 2009)

“Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperado. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais em particular.” (BRASIL, 2009)

“Para reforçar a dignidade do jornalismo e da profissão, é indispensável uma noção de Ética, vinculada às razões da vida e da cidadania”. (BRASIL, 2009)

Um outro ponto a se destacar é que a condição atual é tomada como um desafio pelas DCNs, mas, por outro lado, há um silenciamento em relação a possíveis caminhos a se adotar:

“Estamos vivendo uma verdadeira revolução tecnológica ...urge clarear conceitos plurais – interativamente éticos, técnicos e estéticos – para uma nova compreensão do Jornalismo, que terá de assumir, como predominante, a vocação do espaço público confiável e de linguagem narro-argumentativa eficaz para a expressão, a viabilização e a elucidação dos confrontos discursivos das relações humanas, na dinâmica da atualidade.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

A única referência é no parágrafo VI do artigo 4 da Resolução, quando recomenda:

“Ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal de trabalho, nem dite as referências da profissão.” (BRASIL, 2013)

As DCNs oferecem parâmetros para superar a relação teoria e prática, nos currículos e, também, apontam para a flexibilização dos projetos às realidades regionais e globais, mas não enfrenta, do ponto de vista da ciência, qual Jornalismo se delinea na condição

atual enquanto profissão, pois reitera-se o foco na qualidade formativa dos cursos. Veja-se nos enunciados:

“Os cursos de Jornalismo apresentam um desequilíbrio entre as disciplinas teóricas e práticas, enquanto as novas diretrizes com seus seis eixos fundamentais ...oferecem todas as alternativas para que os cursos alcancem este equilíbrio.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

“(...) apontando para a necessidade dos cursos de Jornalismo repensarem a forma como devem habilitar seus alunos dentro desse novo contexto ... No qual o profissional de Jornalismo já está trabalhando em redações híbridas...” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

“A flexibilidade curricular possibilita que os cursos se adequem às realidades regionais e globais simultaneamente. Isto porque as diretrizes esboçam princípios norteadores que garantem a autonomia das universidades para organizar seus respectivos projetos pedagógicos.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

Nota-se nos enunciados acima que a percepção da autonomia e da flexibilidade curricular é referente ao mercado de trabalho, mas as DCNs não tratam da autonomia e da flexibilidade do ponto de vista da Ciência.

Sobre o perfil do egresso, percebe-se uma orientação vaga em relação ao tipo de jornalismo que se idealiza.

“(...) é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta formação o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos 17 fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma, terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação.” (BRASIL, 2009)

É um perfil vago do ponto de vista da natureza do jornalismo:

“Dentro deste perfil destacam-se as competências cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Sintetizando as três competências, poderíamos dizer que, em termos cognitivos, além de conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do Jornalismo, o jornalista deve compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do Jornalismo, além de discernir os objetivos de funcionamento de todas as instituições e as influências do contexto no qual o exercício do Jornalismo é praticado. Da mesma forma reduzida, no que se refere às competências pragmáticas, podemos destacar que espera-se do jornalista que saiba contextualizar, interpretar e explicar informações atuais, agregando-lhes elementos da realidade. Espera-se que o jornalista saiba propor, planejar, executar e avaliar projetos na área, além de dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, produção, edição, difusão e conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; além disso, dominar linguagens midiáticas, formatos discursivos e o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

Em relação às demandas do mercado de trabalho, pode-se observar que as DCNs demarcam de qual mercado se referem.

“No caso do Jornalismo, devemos formar jornalistas que vão atuar no mercado, ou como empreendedores, mas com o foco voltado para o interesse público e a defesa dos direitos humanos. A formação acadêmica deve confirmar o compromisso do Jornalismo com a liberdade de expressão. De certa forma, a universidade, a academia, na área da comunicação, tem estado muito distante do mercado, e precisamos dialogar um pouco mais, nos aproximar um pouco mais, quebrando algumas barreiras para que haja uma melhor sintonia entre a academia e o mercado. Não vejo obstáculos ao diálogo no sentido de melhorarmos os produtos, os conteúdos e a formação do próprio jornalista, tendo em vista a necessidade de se prestar um melhor serviço à comunidade.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

Há uma fala em que o integrante da Comissão de Especialista, Sérgio Mattos, rebate o fato de os cursos serem voltados para o mercado:

“Por que se questiona a formação do jornalista em relação ao mercado e não se questiona esta relação com nenhuma outra profissão? Por acaso quando um médico ou engenheiro é diplomado andam perguntando se a formação acadêmica deles deve ser pautada pelo mercado ou não? Quantos cursos de Engenharia são abertos e totalmente voltados para o mercado, para a indústria automotiva, para a metalurgia, polo petroquímico, etc.? Acredito que, se a universidade oferecer uma boa formação acadêmica, ela pode contribuir para melhorar os serviços públicos prestados pelo Jornalismo e o jornalista vai poder exercer melhor sua cidadania.” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018)

Há que se ponderar, no entanto, que, talvez, essa associação esteja mais evidente no Jornalismo porque o próprio conceito de jornalismo foi gestado tomando-se a lógica do mercado como referência. É bem possível que o peso simbólico-discursivo oriundo da separação do Jornalismo da grande área da Comunicação Social tenha provocado o esvaziamento dos cursos de graduação e ofuscado a percepção das novas possibilidades existentes no mercado (e nas práticas sociais) como parte constituinte da profissão jornalística.

Em conclusão

Qualquer tentativa de compreender o perfil profissional do Jornalismo que se delineia nas sociedades tecnológicas atuais deve reconhecer a existência de campos distintos, com funcionamentos distintos, que conflitam entre si. A formação acadêmica resulta dessas disputas (simbólicas) dos agentes desses campos, que contemplam inclusive o acadêmico e nos levam a questões ainda não solucionadas.

A questão de gênero, por exemplo, não parece estar claramente contemplada nos cursos, na medida em que pode representar mais espaço para a mulher num mercado competitivo, mas reflete também e, sobretudo, uma precarização da profissão tanto em termos de condições de trabalho (no qual o assédio ainda é representativo) quanto de níveis salariais. As estudantes precisam estar preparadas para enfrentar situações de discriminação que podem ocorrer durante seus estágios supervisionados.

O estágio curricular supervisionado, a propósito, complexifica o atendimento às novas DCNs, seja pela inexistência de postos suficientes em pequenos centros, seja pela dificuldade em identificar orientadores qualificados para atenderem às demandas de formação do graduando, que agora poderá ser não apenas mão de obra barata, mas até gratuita. Não se questiona aqui o quanto o contato direto com o mercado de trabalho é relevante para a formação profissional, mas sim a melhor maneira de implementá-lo e manter o espírito crítico do graduando em relação às rotinas de produção noticiosas. O perfil profissional do Jornalista em 2012 já apontava o estágio com essencial para entrada no mercado de trabalho, na medida em que 76% dos jornalistas respondentes afirmaram ter estagiado durante o período de formação.

REFERÊNCIAS

ABRAJI; GENÊRO E NÚMEROS. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução no 1 de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão de Especialistas. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo – Relatório**. Portal do MEC, Brasília, set./2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf

LANNES, Joaquim Sucena. **Polêmicas, discussões, avanços e tendências na trajetória dos cursos de comunicação no Brasil**. Em <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo2vol12-1.pdf>

LOPES, Fernanda Lima. **Ser Jornalista no Brasil: Identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Editora Paulus, 2013

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação e modernidade**. São Paulo: Loyola, 1991

MEDITSCH, Eduardo. **DIRETRIZES CURRICULARES EM JORNALISMO - Oportunidade para o reencontro entre teoria e prática**. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teorica_e_pratica

_____. A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. **Comunicação e Sociedade**. Braga, v. 5, p. 25-38, 2004. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1243/1186>

MICK, Jacques (Coord.) e LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro - Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis. Ed. Insular, 2013

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Os desafios das novas diretrizes do Curso de Jornalismo**. Edição online 1009, 22 de outubro de 2018. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/ed783-os-desafios-das-novas-diretrizes-do-curso-de-jornalismo/>

MOREIRA, Henrique e MARTINS, Luiz. **A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros**. Universitas - Arquitetura e Comunicação Social, v. 13, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/arqcom/article/viewFile/3933/3139.pdf>

SOBRE OS AUTORES:

Milton Júlio Faccin: Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Santa Maria, mestre e doutor em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Atualmente é professor e coordenador do curso de Jornalismo, além de pesquisador do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá/RJ. Supervisiona a execução de produtos jornalísticos laboratoriais e institucionais. E-mail: miltonfaccin@yahoo.com.br.

Soraya Venegas Ferreira: Jornalista e pesquisadora do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá. Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, com pós-doutorado pelo PPGCom-UFF. É professora auxiliar da Universidade Veiga de Almeida e titular da Universidade Estácio de Sá, onde coordena o Curso de Jornalismo do Campus Niterói, há mais de 10 anos, sendo responsável pela supervisão acadêmica do Núcleo Prático de Comunicação – NUCOM. E-mail: soraya.ferreira@estacio.br.